

## Sumário

Introdução.....	1
1. A Evolução do Estado e o Direito Penal: da Proteção dos Bens Jurídicos Individuais aos Bens Jurídicos Transindividuais .....	7
1.1 Estado Liberal de Direito.....	11
1.2 Estado Social de Direito .....	18
1.3 Estado Democrático de Direito.....	22
2. Fundamentação Constitucional da Tutela Penal do Meio Ambiente – Mandado de Criminalização.....	33
2.1 Sociedade de risco e Direito Penal.....	34
2.2 Estado de Direito Socioambiental: recepção do meio ambiente equilibrado como direito fundamental e bem jurídico-penal.....	38
2.3 Mandado de criminalização para a tutela ambiental: o ajuste do Direito Penal à Constituição da República de 1988 .....	45
3. Princípios de Direito Penal e a Tutela Penal Ambiental.....	57
3.1 Princípios e regras .....	60
3.2 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	69
3.3 Princípio da legalidade .....	76
3.4 Princípio da igualdade.....	81
3.5 Princípio da culpabilidade .....	83
3.6 Princípio da humanidade.....	85
3.7 Princípio da <i>ultima ratio</i> .....	87
3.8 Princípio da fragmentariedade .....	89

3.9 Princípio da subsidiariedade .....	90
3.10 Princípio da ofensividade .....	91
4. Identificação e Delimitação do Bem Jurídico do Ilícito Penal Ambiental no Atual Estado Democrático de Direito.....	93
4.1 Conceito de bem jurídico-penal.....	95
4.2 O alcance da teoria do bem jurídico-penal .....	104
4.3 A sustentabilidade ambiental como bem jurídico-penal.....	113
5. A Dupla Face do Princípio da Proporcionalidade na Tutela Penal do Meio Ambiente.....	127
5.1 Princípio da proporcionalidade.....	128
5.2 A estrutura normativa do princípio da proporcionalidade: elementos parciais ou sub-regras .....	135
5.3 A proibição de excesso.....	140
5.4 A proibição de proteção deficiente.....	144
5.5 A dupla face do princípio da proporcionalidade e o direito processual penal na tutela penal do meio ambiente .....	158
5.6 O legislativo e o judiciário entre a proibição de excesso e a proibição de proteção deficiente .....	162
6. Criminalidade Ambiental Organizada.....	167
6.1 Associação da criminalidade ambiental à criminalidade organizada.....	169
6.2 Evidências empíricas da criminalidade ambiental organizada nos âmbitos transnacional e nacional.....	179
6.2.1 A criminalidade ambiental organizada no âmbito nacional.....	181
6.2.2 A criminalidade ambiental organizada no âmbito transnacional.....	192

7. O Cenário Normativo do Crime Ambiental Organizado e a Dupla Face do Princípio da Proporcionalidade .....	207
7.1 O cenário normativo do crime ambiental organizado .....	208
7.1.1 Direito Internacional Penal.....	208
7.1.1.1 Tribunal Penal Internacional.....	215
7.1.1.2 Convenção de Palermo.....	225
7.1.2 Legislação brasileira.....	232
7.2 O cenário normativo do crime ambiental organizado à luz da dupla face do princípio da proporcionalidade e a forma ideal de concretização do dever de proteção .....	238
Considerações Finais .....	243
Referências Bibliográficas .....	253